

Arinos volta para se explicar

Ele tentará contornar resistência do PMDB a seu nome



Arinos estará em Brasília na próxima terça-feira



Brossard apóia Arinos à frente da comissão

"Vou a Brasília com a agenda aberta, disposto a ficar dois dias e pronto a todas as discussões", disse ontem o professor Afonso Arinos sobre a sua volta à cidade, na próxima terça-feira, com a disposição de discutir a nova Constituição com políticos e juristas que o procurarem para debater o seu trabalho na condução do projeto constitucional do Governo.

Referia-se o ex-ministro Afonso Arinos às críticas que políticos da esquerda estão fazendo à sua presença na direção da Comissão Constitucional — Arinos é acusado de ser conservador e recela-se, na esquerda do Congresso Nacional, que sua posição ideológica possa marcar o projeto da nova Constituição que o Governo deseja submeter à Assembleia Nacional Constituinte.

A presença de Arinos em Brasília vai coincidir com a do ex-senador Paulo Brossard, outro jurista que desembarca na mesma terça-feira disposto a defender a presença do ex-ministro na elaboração constitucional. "Pode-se discordar do Afonso, até por questão doutrinária, mas não se pode excluí-lo do debate constitucional, porque isso não seria inteligente", argumentou Brossard ontem. "O Afonso não é um iletrado".

COINCIDÊNCIA

A razão formal para a presença de Afonso Arinos é uma condecoração portuguesa que ele recebe na noite de terça-feira, durante um jantar na Embaixada de Portugal. "Eu não sei se vou ver o Presidente, mas ambos estaremos na cidade nesse período", confirmou Arinos a disposição de aproveitar os dois dias para os contatos que se apresentarem.

A presença de Paulo Brossard em Brasília, por sua vez, é provocada por um julgamento em que atuará como advogado no Supremo Tribunal Federal, mas deve incluir contatos políticos. "Eu já estive em Brasília duas vezes desde que o Sarney assumiu a presidência e estive com ele em ambas as oportunidades. Se ele me convidar novamente, vamos conversar", anuncia o ex-senador.

Além de serem dois nomes possíveis na agenda do Presidente para a próxima semana, Afonso Arinos e Paulo Brossard podem aproveitar a circunstância para uma conversa em torno da nova Constituição, que, até agora, não foi discutida entre ambos. Novamente por coincidência, ambos estarão em Brasília até quinta-feira.

DEFESA DE ARINOS

Em defesa da presença de Arinos no debate constitucional, Brossard ponderou ontem que a nova Constituição "não pode ser uma obra de facções, deve representar uma média do pensamento da sociedade brasileira". Lembrou o ex-senador que, de qualquer forma, a decisão final sobre a Constituição será da Assembleia Nacional Constituinte.

— A Assembleia é que vai decidir. Pode aceitar integralmente o projeto da Comissão Constitucional, rejeitá-lo na íntegra ou aprovar parcialmente. A questão é simples. Acho engraçado que algumas pessoas queiram tornar complexa uma coisa simples.

Índio cobra de Ulysses

O assessor para assuntos da cultura indígena do Ministério da Cultura, Marcos Terena, e os índios Idjarruri (Carajá), Megaron (Tucuruí) e David de Oliveira (Terena) terão hoje um encontro com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. Eles irão buscar a resposta à sua pretensão de concorrer à Assembleia Constituinte pelo diretório do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Goiás.

PLEBISCITO

Uma consulta na própria cédula a ser usada na eleição de 1986 é a fórmula preferida do ex-deputado e constitucionalista Célio Borja — atual assessor especial do presidente José Sarney — para que o próximo Congresso tenha legitimados seus poderes constituintes. Na prática, reconhece, sua proposta é por um plebiscito popular.

Ele entende que esse mesmo mecanismo pode ser usado para resolver a situação de um terço do Senado eleito em 1982 e que não passará pela prova das urnas. Borja argumenta que o poder constituinte não será inerente ao parlamentar individualmente, mas à instituição como um todo — o Congresso — e, desse modo, todos os parlamentares terão um poder derivado.

Evangélico quer espaço na Constituinte

"Temos os mesmos direitos que os católicos e exigimos a participação dos evangélicos na Comissão Pré-Constituinte que irá elaborar o anteprojeto de Constituição", anunciou ontem o deputado federal Mário Oliveira (PMDB-MG), pastor da Igreja Quadrangular. A mesma frase ele vai repetir na próxima semana para o presidente José Sarney e o ministro da Justiça, Fernando Lyra.

Mário Oliveira leu nos jornais da semana passada uma notícia que o deixou irritado: o ministro Fernando Lyra convidara a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - a participar da Comissão Constitucional, indicando um dos seus bispos como representante. "Isso é discriminação", sentenciou o deputado em primeiro mandato e pastor evangélico.

Pressionado pelos seus 65 mil eleitores mineiros — quase todos evangélicos e seguidores da seita Quadrangular —, Mário Oliveira resolveu usar as suas prerrogativas de parlamentar e pediu audiência a José Sarney e Fernando Lyra. O ministro da Justiça o receberá na próxima quarta-feira e a assessoria de Sarney ficou devendo uma resposta.

Os "quadrangulares" querem indicar pelo menos um representante na Comissão Constituinte, que será presidida pelo jurista Afonso Arinos, católico declarado. Com esse objetivo, Mário Oliveira ameaça com a possibilidade de formalizar uma aliança com

outros segmentos da igreja evangélica, para pressionar o Governo:

"No Congresso Nacional, além de mim, existem outros 15 deputados evangélicos; alguns são batistas, outros pentecostais, metodistas, adventistas do sétimo dia e outros. Podemos nos unir para impedir que seja incluída na Constituição uma lei discriminatória e contrária aos nossos interesses".

Propostas concretas para oferecer à Comissão Constitucional Mário Oliveira não tem. "Ainda não pensamos nisso; o que pretendemos, antes de tudo, é acabar com a discriminação", reconhece. Por outro lado, ele faz questão de mostrar a força dos evangélicos:

— O Brasil tem 130 milhões de habitantes, deles, 30 milhões são evangélicos, 40 milhões são espíritas e 60 milhões são católicos. Portanto, representamos mais de 20% da população nacional, o que corresponde a 10 milhões de votos, conclui.

Através de um programa de rádio diário, pela sua igreja, Mário Oliveira leva a sua mensagem à população de Belo Horizonte e cidades vizinhas. Com isso, espera colher orações e votos: "Fui eleito deputado com 60 mil votos, mas esse número deve aumentar, na eleição para a Constituinte de 1986, para 100 mil".

Pouco atuante no Congresso, o representante dos quadrangulares tomou pos-

se na Câmara, em seu primeiro mandato de deputado em fevereiro de 1983. Até hoje, não apresentou nenhum projeto. "Já estou preparando minha primeira proposta e devo apresentá-la em agosto: vou propor a criação do Dia Nacional da Bíblia", promete.

JOGO DE INTERESSES

O pastor da Igreja Quadrangular não esconde os interesses políticos do seu segmento religioso, que conta em Minas Gerais com quatro deputados estaduais e um vereador em Belo Horizonte. Luta agora para escolher um "bom nome" para a prefeitura da capital mineira. "Não defino o candidato, mas será forte", diz.

A Igreja Católica, segundo Mário Oliveira, não postula posições políticas, mas "faz o jogo de interesses, exercendo influência sobre as autoridades do Governo, enquanto nós, ao contrário, preferimos participar da política abertamente, sem prejudicar nossas atividades religiosas".

O próprio Tancredo Neves chegou a discriminar Mário Oliveira, como lembra o deputado. Ainda governador de Minas Gerais, Tancredo preferiu o pastor, que se candidatou a Secretário de Educação do Estado. Preterido, Oliveira ameaçou não assumir o seu mandato de deputado pelo PMDB, mas acabou cedendo.

Esquerda do PMDB quer outra comissão

LEITE FILHO
Da Editora de Política

A esquerda do PMDB pensa em propor a formação de uma comissão da Câmara para oferecer um anteprojeto Constitucional à Assembleia Nacional Constituinte, nos mesmos moldes da proposta pelo jurista Afonso Arinos.

Esse setor peemedebista liderado pelos deputados Alencar Furtado, Miguel Arraes e Francisco Pinto entende que Afonso Arinos, "com um passado de udenista e ligações muito estreitas com grupos ultraconservadores, poderá imprimir uma conotação reacionária ao anteprojeto do Executivo".

Esses peemedebistas alegam contar com o apoio de cerca de 80 deputados, entre os quais já começam a incluir o presidente da Câmara e do próprio partido, Ulysses Guimarães, e pretendem fazer uma articulação dentro do Congresso e consultas ao presidente José Sarney, antes de formalizar a proposta da comissão.

Eles se dizem ainda preocupados com o que consideram "o espírito mandonista de Arinos", antigo líder da UDN no Senado. Como exemplo disso, apontam a exigência de Arinos de que a Comissão Constitucional do Governo funcione no prédio do Itamarati do Rio, e não em Brasília; e que o número de membros fosse pelo menos dois terços inferior ao idealizado pelo presidente José Sarney (entre 50 e 60).

Os esquerdistas do PMDB, que preferem identificar-se apenas como "um grupo de deputados progressistas" que não admite "fazer concessões à reação dentro do Governo", consideram que 50 membros é o número ideal de integrantes para uma comissão dessas.

Assim, eles pretendem fixar exatamente em 50 o número dos membros de sua comissão, todos parlamentares, e que seria colocada inicialmente como proposta de Câmara, pois ainda não conhecem o interesse do Senado em relação à idéia.

PRIMEIRO PASSO

Essa comissão constitucional consistiria apenas no primeiro passo dos peemedebistas progressistas que querem agora sair do plano das articulações em corredores do Congresso para ingressar num nível

mais concreto de iniciativas capazes de encaminhar melhor suas propostas.

As propostas visam basicamente reforçar a preocupação social e econômica do Governo José Sarney, que o grupo considera "inexplicavelmente amarrada aos hábitos e costumes da Nova República, não obstante todo o esforço do presidente em avançar", como assinala Alencar Furtado.

O deputado Alencar Furtado considera o projeto de Reforma Agrária de Sarney como um gesto significativo em direção ao plano social, mas ainda o julga "tímido" quanto aos reais desafios com que se defronta o País, dos quais, cita como principal a dívida externa.

Alencar, Arraes e Chico Pinto acham que o Governo deve assumir uma atitude mais ousada em relação ao FMI, como fazer o questionamento do pagamento dos juros da dívida, que só este ano estão situados na faixa de 13 bilhões de dólares.

— O País não poderá arcar com tamanho ônus, porque isso vai implicar inevitavelmente maiores sacrifícios para os trabalhadores e todo o povo. De onde é que vai sair este dinheiro, se o País está todo espoliado? — indaga Alencar Furtado.

MORATORIA

O grupo do PMDB, que controla a CPI da Dívida Externa, ainda parece aferrado à idéia da moratória internacional, que já foi posta de lado pela própria cúpula do PMDB quando aceitou lançar o governador Tancredo Neves como seu candidato à presidência da República em meados do ano passado.

Seus integrantes querem agora questionar aspectos da dívida como as comissões pagas pelo País para receber o dinheiro do exterior, assim como o regime de flutuação dos juros, que sobe de acordo com as flutuações da economia americana.

Eles não se importam em verificar que nem governos chefiados por presidentes eleitos diretamente, como o de Raul Alfonsín, da Argentina, conseguiram impor um regime menos rígido para as formas de pagamento da dívida.

Alegam os progressistas do PMDB que o Brasil é um caso dife-

rente, devido à sua importância no contexto hemisférico, "cujo peso de decisão é infinitamente maior do que a Argentina", tendo por isso mais poder de barganha.

— Trata-se de uma questão de falar mais duro — observa Alencar Furtado — depois de sustentar que o Brasil será cada vez mais escorçado pelo capital estrangeiro, se não adotar uma postura mais independente em relação aos credores.

COM ULYSSES

O grupo peemedebista pretende agora fazer um contato com o deputado Ulysses Guimarães, em quem vêem um potencial aliado, em função das posições recentes do presidente da Câmara, sobretudo depois que ele enfatizou a questão social no discurso no túmulo do presidente Tancredo Neves.

Ulysses, que está sendo convocado pelo presidente José Sarney para conduzir o pacto nacional proposto pelo governo, é apontado pelos peemedebistas de esquerda como um dos homens da cúpula do PMDB com maior sensibilidade para a questão social.

— O Ulysses sabe que, se o governo do PMDB não enfrentar o problema econômico e social de acordo com o programa "Frassarã e Mudança", o partido trancará redondamente e pagará um duro preço na eleição — comenta Alencar Furtado.

ATENÇÃO A SARNEY

Apesar de tudo, o presidente José Sarney goza de bom conceito dentro do grupo, a julgar pelas manifestações de seus principais líderes, sobretudo de Alencar e Chico Pinto, que consideram o "Presidente como um homem de mentalidade avançada".

— Desde que o Sarney era presidente do PDS, ou o considerava como um homem de tirocinio social maior do que muitos de nossos companheiros de PMDB — observou um membro do grupo, ao explicar que Sarney só está precisando de um impulso nas bases para endurecer o jogo com os banqueiros e adotar uma orientação mais marcadamente popular a seu Governo.